O LEGADO DA ESCRAVIDÃO E OS USOS DO PASSADO SOBRE ABRAHAM LINCOLN

THE LEGACY OF SLAVERYANDTHE USESOFTHEPASTON ABRAHAM LINCOLN

Matheus Carletti Xavier
Mestrando em História pela UFOP
Rua Pedro Alexandrino Rufino, nº 76, Bauxita – Ouro Preto – MG
E-mail: matheuscarletti10@gmail.com

RESUMO
O argumento central deste artigo é de que após a emancipação nos Estados Unidos, os negros juntamente com a Agência de Libertos tiveram um papel importante para o início da ampliação da cidadania. Além disso, buscamos pensarsobre algumas memórias sobre Abraham Lincoln no que se diz respeito, principalmente, à abolição da escravidão. Contudo, não buscamos criar uma interpretação defensora aos afrodescendentes norte-americanos.
Palavras-chaves: Abraham Lincoln, Negros, Memória.

ABSTRACT
The central argument of this article is that after emancipation in the United States, blacks along with the Freedemen'sBureau had an important role in the early enlargement of citizenship. In addition, we also seek to think about some memories of Abraham Lincoln as relates mainly to the abolition of slavery. However, we do not seek to create a defensive interpretation to American African descent.
Keywords: Abraham Lincoln, Negroes, Memory.

Da Guerra Civil à emancipação

A proposta deste artigo é pensar como o período pós-abolição nos Estados Unidos da América interpretou a figura de Abraham Lincoln, pensar sobre o legado da escravidão e como *The Freedmen's Bureau* participou inicialmente do processo da ampliação da cidadania nos Estados Unidos.Além disso, buscaremos refletir sobre um caso específico: de que forma o Presidente Barack Obama fez usos do passado ao tomar posse da Presidência e analisar as comparações que são feitas entre ele e Abraham Lincoln. Porém, antes de adentrarmos nessas propostas, será preciso fazer um panorama sobre esse contexto histórico.

No período entre 1861 e 1865 os Estados Unidos da América passaram pelo conflito que mais causou baixas no país: cerca de 600 mil pessoas foram mortas.[1]A Secessão pode ser apontada como consequência da eleição de um Presidente do Partido Republicano[2], defensor do antiescravismo: Abraham Lincoln (1809-1865). Apesar de a Guerra de Secessão ter começado por causa da manutenção da unidade nacional, à medida que os escravos entravam no conflito, a guerra ganharia outra motivação: o fim da escravidão. Desde a Declaração de Independência e, posteriormente, a Constituição dos Estados Unidos, a escravidão era uma questão que dividia as duas principais regiões norte-americanas.Assim, a primeira metade do século XIX foi marcada por Atos e Leis com o intuito de resolver o impasse entre os escravistas e os antiescravistas.

Apesar de a Guerra Civil ter começado por causa da manutenção da unidade nacional, à medida que os escravos entravam no conflito, a guerra ganharia outra causa: o fim da escravidão. Desde a Declaração de Independência e, posteriormente, a Constituição dos Estados Unidos, a escravidão era uma questão que dividia as duas regiões norte-americanas. Ao longo do século XIX houve Atos e Leis com o intuito de

[1]FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M.V. Os EUA no século XIX. IN: KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 136.

[2] O Partido Republicano foi inspirado no extinto Partido Whig e criado em 1854 em oposição à expansão da escravidão: "Os Whigs representaram os grandes comerciantes e manufatureiros do Norte, os fazendeiros mais ricos,e das famílias com maiores pretensões aristocráticas no Sul, e os fazendeiros mais interessados em melhoramentos internos no Oeste. Os Whigs defendiam um papel maior para o Governo Federal na promoção da economia e a regulação da sociedade". Em contrapartida, o Partido Democrata defendia a expansão da escravidão e adotava uma posição conservadora em relação à situação social do negro. Cf. EISENBERG, Peter Louis.**Guerra Civil americana.** 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46. Para mais informações sobre suas ideologias atualmente, confira <http://www.democrats.org/> e <http://www.gop.com/>. Acesso em 07/09/2014.

resolver essa questão que era latente desde a Independência. Em 1820, por exemplo, quando havia igualdade em números de estados escravistas e livres foi assinado o Compromisso do Missouri. Neste ficou definido que para a anexação do estado do Missouri como escravista, "nenhum outro estado escravocrata seria criado a partir da parte da Louisiana que se situava ao norte da latitude 36º 31'(a latitude da fronteira sul do Missouri)".[3]Mesmo após este Compromisso, as questões em torno do sistema escravista se mantiveram acirradas. Em 1849, foi descoberto ouro na região onde hoje é o estado da Califórnia e, por isso, milhares de pessoas migraram para lá, fato que exigiu a criação de um governo sobre aquela região. E a cada nova criação ou anexação de estados, havia disputas quanto à legislação da escravidão. Além disso, o Congresso pressionava veemente a abolição da escravatura no Distrito de Columbia, onde está localizada a capital do país. Em 1850, Henry Clay (estadista que já havia elaborado o Compromisso do Missouri), desenvolveu uma série de propostas para tentar solucionar, novamente, as questões sobre o sistema escravista. O Compromisso de 1850 determinou que "a Califórnia seria admitida como estado livre; o restante das terras cedidas pelo México seria organizado em dois territórios [...], deixando-se que seus habitantes decidissem o *status* da escravidão".[4] Ademais, resolveu-se, também, que "o tráfico de escravos, mas não a escravidão, seria abolido no Distrito de Columbia".[5]

Com o Compromisso de 1820 e o de 1850, a instituição escravista ficou restrita. Em vista disso, o então senador pelo estado de Illinois, Stephen A. Douglas, elaboraria em 1854 uma lei que fosse capaz de ampliar as fronteiras da escravidão. O Ato Kansas-Nebraska (1854), ao ser aprovado, revogou o Compromisso do Missouri e concedeu o direito aos indivíduos, que habitavam o território adquirido com a compra da Louisiana, de decidirem sobre a legalidade do sistema escravista em seus territórios.

Foi neste contexto que emergiu no cenário político norte-americano, por um lado, o candidato a senador pelos Democratas e um árduo defensor do sistema escravista e dos princípios de soberania popular, Stephen Douglas. Venceu as eleições para o senado em 1858, mas perdeu as eleições para Presidente em 1860.[6]Do outro lado, estava

---

[3] SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R.**Uma reavaliação da história dos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 132.
[4]Ibidem, p. 174.
[5]Ibidem, p. 174.
[6] JAFFA, Harry. **Crisis of the House Divided***:* an interpretation of the Issues in the Lincoln-Douglas Debates. 50ª ed. Chicago and London: University of Chicago Press, 2009, p. 41. Primeira edição data de 1959.

Abraham Lincoln, então candidato ao cargo de senador pelo estado de Illinois nas eleições de 1858, contrário à expansão da escravidão, mas a favor da segregação racial.[7] No mesmo ano, Lincoln e Douglas travaram uma série de debates tendo como tema principal a expansão da escravidão. Em linhas gerais, de acordo com Harry V. Jaffa, os debates giravam em torno de duas questões teóricas e práticas. A questão prática era se a autoridade federal poderia ter decidido se haveria ou não a continuação da escravidão nos estados fora da União; a questão teórica era se a escravidão era ou não inconsistente com a natureza do governo republicano, ou seja, se ela era ou não contra os direitos das pessoas decidirem se a escravidão se tornaria uma instituição nacional.[8]

Embora Lincoln perdesse as eleições para senador em 1858, ganharia as eleições presidenciais em 1860, concorrendo novamente contra Douglas. Entretanto, a vitória de um presidente antiescravista não foi bem vista pela maior parte dos sulistas, pois estes o consideravam como um abolicionista. Pelo lado do norte, alguns o enxergavam como apenas antiescravista e conservador, não tendo como objetivo principal acabar com o regime escravista.[9]

Com a eleição de Lincoln em 1860, sete estados sulistas decretaram a separação da União. Liderados pela Carolina do Sul, os estados do Mississippi, Flórida, Geórgia, Alabama, Louisiana e Texas revogaram a Constituição Federal e formaram os Estados Confederados da América tendo Jefferson Davis – do Mississippi – como Presidente.[10]A guerra se inicia em abril de 1861 quando as forças confederadas atacaram o Forte Sumter – porto em Charleston que permanecia sob domínio federal – na Carolina do Sul. Embora Lincoln afirmasse que não atacaria as forças confederadas a princípio, respondeu às agressões enviando reforços significativos à região. Em 1863, quando a guerra já havia devastado o Sul do país e os recursos de ambos os lados estavam se esgotando e, devido ao abandono de muitas tropas sulistas, muitos senhores de escravos viram-se obrigados a colocar estes nas frentes de batalha. Esse era o evento que faltava para condenar, de vez, a escravidão nos Estados Unidos: "escravos lutando

[7]LINCOLN, Abraham. **Discurso em Charleston** (1858).Disponível em <http://www.bartleby.com/251/41.html>. Acesso em 05/09/2014.
[8] JAFFA, Harry. op., cit. p. 09.
[9]FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 130.
[10] SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 186.

em nome de uma região que os condenava aos maus-tratos e ao trabalho compulsório".[11]

No decorrer da Guerra Civil, com o intuito de reunificar o país, em 1863, é assinada a Declaração de Emancipação pelo então presidente Abraham Lincoln e é por este fato que ele é mais lembrado, seja para criticá-lo, seja para santificá-lo.Desta forma, julgamos imprescindível expor as historiografias responsáveis, por assim dizer, em criar tanto a memória heroica de Lincoln quanto a que o considera um vilão.

Há, pelo menos, duas correntes historiográficas norte-americanas que enxergam Abraham Lincoln de forma diferenciada. A primeira, em especial com o historiador Lerone Bennett (2000), afirma que Lincoln via superioridade dos brancos em relação aos negros e achava melhor estes serem deportados do que terem a cidadania. Além disso, esta historiografia defende que suas ideias não eram totalmente efetivadas em relação à abolição da escravatura, apesar de ele salvaguardar a unidade do país. A outra corrente, com o historiador Thomas DiLorenzo (2006), afirma que Lincoln foi o maior tirano das Américas, que negou a constituição, assumindo um papel opressivo, ao reprimir o direito de escolha dos outros estados a se separarem. Além disso, é acusado por destruir a república pelo fato de ter emancipado os escravos.

De acordo com Vitor Izecksohn[12], existem duas posições historiográficas, além das citadas, que merecem ressalva. A primeira[13]é de cunho hagiográfico, eleva Lincoln a um pedestal sacro por ter sido o herói da emancipação dos negros com o intuito de finalizar a Secessão e consolidar a união do país. A segunda foi estabelecida já no século XX com as lutas pelos direitos civis e argumentam que Lincoln privilegiou questões políticas do país (como mantê-lo unido) do que priorizar a igualdade entre negros e brancos.[14]

Embora o próprio Lincoln também estivesse de acordo com a supremacia racial branca, todavia, issonão desmecere o fato de que ele considerava os negros humanos e, que ele era a favor da emancipação dos escravos em prol de um príncipio existente na Constituição do país: "assegurar as bençãos da liberdade a nós mesmos e à nossa

[11]FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 133.
[12] IZECKSOHN, Vitor. **Deportação ou integração. Os dilemas negros de Lincoln**. Revista Topoi, v.11, n. 20, jan-jun. 2010, p. 55-74.
[13] Cf. Roy P. Basler, 1935, Michael Davis, 1971 e David Donald, 1948.
[14] Idem, p. 60.

posteridade".[15]Além disso, Lincoln argumentara que permitir a expansão da escravidão para os novos territórios anexados era condenar o próprio país às críticas, tanto das nações a favor da abolição da escravatura quanto das que eram contra. A expansão, por um lado, fortaleceria os argumentos dos inimigos da abolição, alegando que os Estados Unidos são um país hipócrita, pois nasceu sob o princípio de liberdade e é escravocrata. Por outro lado, serviria para que as nações aliadas à abolição não vissem mais neles um modelo de república democrata livre a ser seguida, ou então, que os pressionassem a fazer algo que já estaria garantido na Declaração de Independência e na Constituição.

O posicionamento de Lincoln a respeito da segregação ou integração dos negros à sociedade só é tratada em seus discursos até 1858. Quando a situação da escravidão passa a ser mais crítica no começo da década de 1860, os discursos de Lincoln estão relacionados, principalmente, com a preservação da União e com a contenção da instituição escravista. Porém, nos pronunciamentos em queeletrata sobre a segregação, fica claro que reconhece a humanidade dos negros, mas não desejaria que eles convivessem com os brancos, pois "existe uma diferença física entre as raças branca e negra que, eu creio, vai impedir para sempre que as duas raças vivam juntas em termos de igualdade social e política".[16]

Este artigo nos alerta, também, para uma problemática que emergiu naquele contexto histórico e só começou a ser solucionadadepois de um século. A ideia de integração social e concessão da cidadania aos negros era utilizada pelos opositores de Abraham Lincoln como forma de desmerecer a sua campanha política. Durante toda a sua campanha eleitoral tanto para cadidato ao Senado em 1858 quanto para a Presidência em 1860, Lincoln precisara reforçar sempre o seu pensamento de supremacia racial dos brancossobre os negros, pois foi acusado por seus adversários de ser abolicionista, principalmente, ao defender que a União não poderia permanecer dividida.[17] Apesar de ele ter abolido a escravidão, não havia – em seus discursos – a intenção de integrar o negro à sociedade norte-americana. A interpretação de que

[15] ESTADOS UNIDOS. **Constituição** (1787). Constituição dos Estados Unidos da América ratificada em 21 de junho de 1788. Filadélfia, PA, Convenção da Filadélfia (1787).

[16] As traduções estão sob responsabilidade do autor. Optou-se por traduzir os trechos e disponibilizar a versão no original. "There is a physical difference between the white and black races which I believe will forever forbid the two races living together on terms of social and political equality". LINCOLN, Abraham. **Fourth Joint Debate at Charleston** (September 18, 1858)).Disponível em: <http://www.bartleby.com/251/41.html>. Acesso em: 05/09/2014.

[17]Cf. LINCOLN, Abraham.**"A House Divided" Speech** (June 16, 1858). IN: <http://millercenter.org/president/speeches#lincoln> Acessado em 26/11/2014.

Lincoln seria o herói dos negros por causa da emancipação foi utilizada e reforçada pelos movimentos de ampliação dos direitos civis na década de 1960 liderados por Martin Luther King Jr,bem como nos filmes atuais lançados com o aniversário de 150 anos da Lei de Emancipação, como *Lincoln*(2012), de Steven Spielberg. Em vista disso, se atualmente a preocupação é em integrar cada vez mais a diferença dentro da sociedade, seja ela por cor de pele, gênero, etnia, classe social etc., naquele período histórico – e tendo como princípio os ideais de Abraham Lincoln – a preocupação era o que fazer com os negros depois que eles fossem libertos: deportá-los ou continuar a segregação? Dessa forma, a abolição da escravidão estava mais relacionada com a manutenção da união dos estados do que com a concessão da cidadania aos negros.

As consequências da emancipação dos escravos foram diversas. De imediato, em 1867 foi criada a KuKluxKlan em Nashville (capital do Tennessee), um grupo que defendia o extermínio da população negra. Segundo Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Morais, "ancorada numa antiga tradição de linchamento de negros, a KKK combatia, além dos negros, os brancos liberais que apoiavam o fim da segregação, também chamados de *negro lovers* (amantes de negros, com duplo sentido)".[18]Com milhares de negros livres pelo país, os linchamentos eram justificados por acusações aos afrodescendentes por estupros às mulheres brancas. Para estes dois autores, isto representava uma "clara hierarquização da sociedade: a mulher, indefesa e inocente, estaria sendo vitimizada pelo negro, ser 'inferior e bestial', que precisava ser combatido pelos protetores dos 'bons costumes', os cavaleiros da Klan".[19]

Se por um lado houve o surgimento de um grupo de extermínio dos negros apenas por causa da emancipação e não pela integração destes à sociedade – pois as medidas para a integração só seriam concretizadas em 1868 e 1870 com a Décima Quarta Emenda e a Décima Quinta Emenda Constitucional–, por outro lado, *The Freedmen's Bureau* (A Agência de Libertos) surgiria, em 1865, para proteger os negros, para incluí-los à sociedade norte-americana e, de certa forma, para preservar sua memória de que eles também foram agentes e responsáveis pela reunificação do país na Guerra Civil.

The *Freedmen's Bureau* e a ampliação da cidadania

[18]FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 146.
[19] Idem.

De acordo com Elizabeth Bethel (1948), a Agência de Libertos foi estabelecida em forma de lei no Congresso em março de 1865. Ela ficou com a responsabilidade de cuidar dos libertos, refugiados e terras abandonadas.[20] A Agência possuía sede em Washington D.C. foi liderada pelo Major General Oliver O. Howard e possuía escritórios secundários em mais doze estados, sendo que onze estavam localizados no Sul do país. Os estados são: Alabama, Arkansas, Florida, Georgia, Louisiana, Mississippi, New York, North Carolina, South Carolina, Tennessee, Texas e Virginia. Sob a direção do Major General Howard, a organização auxiliava os estados do Sul na reconstrução e, principalmente, em assistência médica, educação e justiça para os negros.[21] Segundo Bethel, a Agência tinha como instruções introduzir sistemas de trabalho compensados – tanto para o liberto quando para o empregador –tentando eliminar os preconceitos dos empregadores contra os empregados (em sua maioria negra) e a crença de que os libertos poderiam viver, naquela sociedade conflituosa, sem o trabalho.[22] Em uma visão diferente, Eric Foner afirma que devido às atitudes tomadas pelo exército, parecia que o único objetivo era obrigar os libertos a retornarem ao trabalho nas plantações.[23]

O fim da Guerra Civil deixou problemas não resolvidos no que diz respeito à reconstrução do Sul, por exemplo, como seria o retorno dos estados para a União (se voltariam ao *status* de estado ou se tornariam províncias conquistadas).[24] Porém, nos deteremos sobre o que deveria ser feito com os libertos: conceder ou não a cidadania. Com a Proclamação de Emancipação (1863), cerca de 4.500.000 negros deixaram de ser escravos.[25] Mais difícil do que reconstruir as cidades sulistas e ajudar a economia, seria encontrar um caminho para que não houvesse conflitos entre as duas "raças", principalmente, no Sul. Por um lado, sulistas brancos acreditavam que os negros lhes prestariam serviços braçais, enquanto que por outro lado, muitos negros acreditavam e defendiam que continuariam a lavrar as terras, só que sendo proprietários destas.[26] No

[20] BETHEL, Elizabeth. **The Freedmen's Bureau in Alabama**. The Journal of Southern History, vol. 14, nº 1, feb., 1948, p. 49.
[21] Idem.
[22] Ibidem, p. 50.
[23] FONER, Eric. **Reconstruction:** America's Unfinished Revolution (1863-1877). New York: Harper & Row, c1988, p. 153.
[24]SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 204.
[25] Ibidem, p. 203.
[26] Idem.

livro organizado por Charles Sellers, Henry May e Neil R. McMillen (1990), os autores apontam três grupos sociais que marcaram o período da reconstrução: os negros emancipados, os brancos sulistas derrotados e os brancos nortistas vitoriosos. Segundo os autores, a maior parte dos negros era analfabeta e inexperiente em participação política e econômica; os brancos do sul estavam em choque por terem suas fazendas destruídas; e os nortistas – em sua maioria democratas – estavam divididos entre conceder ou não cidadania aos negros.[27]

O período de Reconstrução da União (1865-1890) passou por três fases. A primeira chamada de Reconstrução Presidencial, liderada pelo então presidente Andrew Johnson. Esse período ficou marcado pela criação dos Códigos Negros na maioria dos estados do Sul, que tinham como objetivo restringir a conduta dos negros em vários aspectos. Dentre essas limitações estavam a proibição do casamento com brancos, porte de armas de fogo e consumir bebida alcóolica.[28] Entretanto, em resposta aos atos do presidente, o Congresso aprovaria, em 1866, a Lei de Direitos Civis que proibia vários tipos de legislações discriminatórias.

Ao final de 1866, houve as eleições para o Congresso, na qual os republicanos ganharam dois terços dos votos tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.[29] Embora Andrew Johnson ainda fosse presidente, com a maioria no Congresso, os republicanos deram início à segunda fase da reconstrução: a radical. Esse período teve como características a limitação da participação política dos ex-confederados e a busca pela proteção cívica aos libertos. Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Morais alerta-nos para o fato de que querer proteger os negros não significava que os brancos consideravam os negros iguais a eles.[30] Nesse contexto, também, submete-se ao Congresso a Décima Quarta Emenda Constitucional (que seria provada apenas em 1868) que teria como objetivo conceder a cidadania aos libertos. Ademais, a Primeira Lei de Reconstrução (1867), "dividia o sul em cinco distritos militares, acabando com os existentes governos estaduais".[31] Dessa forma, o sul seria totalmente ocupado pelas forças da União com o intuito de garantir a segurança aos negros e ajudar na

[27] Ibidem, p. 204.
[28]FERNANDES, L.E.O; MORAIS, M. V. op., cit. p. 142.
[29]Ibidem, p. 143.
[30]Idem.
[31] SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 207.

reconstrução da região. Cabe ressaltar que todas essas medidas do Congresso foram tomadas em oposição a firme posição política do então presidente, Andrew Johnson.

A Reconstrução Radical (ou Congressional) terminaria em 1870, ano em que foi aprovada a Décima Quinta Emenda à Constituição, que garantia que o direito ao sufrágio "não será negado ou abreviado pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado em virtude da raça, cor ou condição precedente da servidão".[32] A última fase da reconstrução, denominada de *Redenção*, é marcada por desfavorecer os negros e negligenciar os interesses de pequenos fazendeiros brancos.

A Décima Quinta Emenda à Constituição não inaugurou um período no qual os negros pudessem votar. Ela garantiu o sufrágio aos negros em forma de Lei a nível nacional. De acordo com William Edward Burghardt Du Bois (1935), os negros livres, ainda no século XVIII, tinham direito ao voto em alguns estados:

> Negros votaram em Virginia até 1723, quando a Assembleia promulgou que nenhum negro livre, mulato ou índio "terá futuramente qualquer voto nas eleições de burgueses ou qualquer eleição que seja." Na Carolina do Norte, pelo Ato de 1734, uma antiga discriminação aos eleitores negros foi colocada de lado e não foi refeita até 1835. [...] Na Geórgia, não havia a princípio, discriminação de cor, embora só os proprietários de cinquenta acres de terra poderiam votar. Em 1761, a votação foi expressamente limitada aos homens brancos.[33]

O direito de voto para os negros existia desde antes da independência,entretanto, esse poderia ser cassado quando fosse do interesse de cada estado. Ainda assim, de acordo com Du Bois, mesmo após a independência, alguns estados mantiveram o privilégio de voto aos negros alforriados, como foi o caso da Carolina do Norte e, em outros, concederam este privilégio, como em Delaware e Maryland:

> Na Carolina do Norte, onde a privação de direitos políticos em 1835, não se aplicava aos negros que já tinham o direito de votar, dizia-se que as centenas de negros que tinham votado até então, geralmente votaram de forma prudente e criteriosa. Em Delaware e Maryland eles votaram na última parte do século XVIII. Em Louisiana, os negros

[32] Disponível em: <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=44&page=transcript>. Acessadoem05/09/2014.

[33]"Negroes voted in Virginia as late as 1723, when the assembly enacted that no free Negro, mulatto or Indian "shall hereafter haveany vote at the elections of burgesses or any election whatsoever." In North Carolina, by the Act of 1734, a former discrimination againstNegro voters was laid aside and not reenacted until 1835. […] In Georgia, there was atfirst no color discrimination, although only owners of fifty acres ofland could vote. In 1761, voting was expressly confined to white men".W.E.B. Du Bois. **Black Reconstruction in America (1860-1880)**. New York: The Free Press, 1992, p. 06-07.

> que tinham o direito de votar durante estatuto territorial não foram desprivilegiados.[34]

Embora a região norte, de forma geral, fosse contra a escravidão, alguns estados tiraram o direito de voto dos negros no século XIX. Segundo Du Bois, no estado de New Jersey, os negros foram privados de seu direito ao voto em 1807; em Connecticutforam vetados em 1814 e no estado de New York votaram até o século XVIII, sendo que a partir de 1821, para que os negros livres pudessem votar, deveriam possuir um título de propriedade no valor de 250 dólares.[35] Desta forma, esses dados evidenciam que a questão sobre a cidadania para os negros livres é antecedente à abolição. Contudo, foi apenas com Décima Quinta Emenda que os negros tiveram seu privilégio de voto garantido e, assim, pudessem participar de forma ativa nas questões políticas do período da Reconstrução.

A historiografia sobre a participação dos negros na Reconstrução é bastante conflituosa. Até a década de 1930, os historiadores norte-americanos, de forma geral, tratavam esse período como uma era trágica que devastou o Sul dos Estados Unidos e que concedeu a cidadania a uma raça inferior.[36] Além disso, a historiografia tratava os negros como a raça mais inferior de todas. Em trabalhos como os de John W. Burgees (*ReconstructionandtheConstitution*, 1902) e de William A. Dunning (*Reconstruction, PoliticalandEconomic*, 1907), é possível verificar tons racistas e pró-sulistas sobre o período de Reconstrução. Neste sentido, para esta historiografia, este período foi de extrema crueldade com os sulistas brancos e completamente a favor dos libertos.

W.E.B. Du Bois, entretanto, critica veemente a posição historiográfica citada acima. Em sua obra, intitulada *Black Reconstruction in America*(1935), contesta as afirmações de que os negros eram uma raça inferior e sem importância para a história dos Estados Unidos. De acordo com ele, seu objetivo é mostrar

> "como os negros [...] se tornaram um tópico central na História dos Estados Unidos, ao mesmo tempo um desafio para a democracia e

[34] "In North Carolina, where even disfranchisement, in 1835, did not apply to Negroes who already had the right to vote, it was said that the several hundred Negroes who had been voting before then usually voted prudently and judiciously. In Delaware and Maryland they voted in the latter part of the eighteenth century. In Louisiana, Negroes who had had the right to vote during territorial status were not disfranchised". W.E.B. Du Bois. op. cit., p. 07.
[35] Ibidem, p. 08.
[36] SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. op., cit. p. 212.

> sempre uma parte importante da história econômica e do desenvolvimento social".[37]

Em 1939, Francis ButlerSimkins, estudioso sulista, escreveu um trabalho intitulado *New Viewpointsof Southern Reconstruction*, no qual defendia que as questões sobre o período de Reconstrução não estavam totalmente resolvidas, principalmente, no que dizia respeito à grande questão racial norte-americana. Para esse autor, a historiografia preconceituosa (citada acima) causou a maior questão no Sul naquele momento: a perseguição aos negros.[38]Segundo Simkins, a justificativa para a violência com os negros – no final da primeira metade do século XIX – é baseada na memória sulista (criada pela historiografia racista) de que o período da Reconstrução foi bastante rigoroso com os brancos do Sul.[39]

Este artigo baseia-se na tese de W.E.B. Du Bois sobre a importância dos negros na reconstrução dos Estados Unidos tanto de forma econômica quanto de forma social. Na primeira metade do século XX surgiram, pelo menos, dois autores revisionistas (William Archibald Dunning, 1907 e Claude G. Bowers, 1929) defendendo que o período de Reconstrução foi trágico para a história norte-americana pelo fato de não ter conseguido garantir a igualdade econômica, política e social aos negros. Este artigo busca uma interpretação contrária à desses revisionistas e da historiografia até a década de 1930. A principal crítica desta corrente é a de que a Reconstrução foi um período trágico para a história dos Estados Unidos. Assim, este artigo posiciona-se contra este pensamento ao argumentar que o período de Reconstrução foi de grande importância para o início da ampliação da cidadania norte-americana, pois houve a criação de um departamento responsável por cuidar dos libertos, a criação das Décima Quarta e Décima Quinta Emenda à Constituição, sendo aquela reconhecendo os negros como cidadãos norte-americanos e esta, privilegiando-os com o direito ao voto. Entretanto, não se pode negar que as desigualdades sociais se mantiveram bem evidentes e que não se realizou uma vasta e profunda reforma agrária, que era almejada e defendida por muitos atores envolvidos no processo, particularmente pelos negros.Para William

[37] "How black men […] became a central thread in the history of the United States, at once a challenge to its democracy and always an important part of its economic history and social development". W.E.B. Du Bois. op. cit., p. 03.
[38] SIMKINS, Francis B. **New Viewpoints of Southern Reconstruction.** The Journal of Southern History, vol. 5, nº 1, feb., 1939, p. 50.
[39]Idem.

Archibald Dunning (1907), o período de Reconstrução foi trágico porque os libertos não eram capazes de se autogovernarem e foram usados como uma ferramenta pelos Republicanos radicais para subjugarem o Sul. Nesta linha de raciocínio, o escritor Claude G. Bowers publicou em 1929 um livro intitulado *The tragic era: Revolutionafter Lincoln*, no qual fica evidente no título a ideia de que a Reconstrução foi trágica.

Assim, a história que se faz da ampliação da cidadania norte-americana não é inteiramente do passado, pois é um assunto cercado por questões racistas e preconceituosas ainda presentes em nosso tempo, mas não é, tampouco, uma história contemporânea. É uma história que não se limita apenas entre o período de 1865 e 1872. Assim sendo, o argumento central deste artigo é de que após a emancipação nos Estados Unidos, os negros juntamente com a Agência de Libertos tiveram um papel importante para o início da ampliação da cidadania. Embora haja a historiografia do início do XX até os anos 1930 afirmando que o período de Reconstrução foi trágico e um fracasso no ponto de vista de conquistas de direitos civis e políticos, é possível considerar que esse período foi determinante para o começo da inclusão dos negros à sociedade – como cidadãos –, mesmo que fosse de forma gradual e repressiva.[40]Ademais, a atuação da Agência de Libertos na sociedade norte-americana, acima de tudo, foi uma tentativa singular de resolução acerca dos problemas raciais e da condição social dos negros.

Além dos reflexos imediatos por causa da abolição como foram citados acima, um século depois, as consequências e a memória de Lincoln como um salvador dos negros ajudaria nos movimentos civis das décadas de 1950 e 1960. Mesmo com a Décima Quarta Emenda Constitucional (1868, concedia a cidadania a todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos ou fossem naturalizadas) e a Décima Quinta Emenda (1870, garantia aos homens negros o direito ao voto), os problemas acerca dos direitos civis e políticos para os negros não seriam resolvidos de imediato.

Os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960 foram uma luta política, jurídica e social para garantir plenos direitos de cidadania aos negros norte-americanos e para alcançar a igualdade racial. Os indivíduos e as organizações de direitos civis desafiaram a segregação e a discriminação através de uma variedade de atividades, incluindo passeatas, boicotes e recusa em obedecer às leis de segregação nos estados que as possuíam.

[40] FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 84 e 88.

Em 1963, de acordo com Sean Purdy:

> As mobilizações atingiram seu ápice em 1963: de junho a agosto, o Departamento de Justiça documentou mais de 1.412 manifestações distintas; em uma semana de junho, mais de 15 mil americanos foram presos por conta de protestos em 186 cidades. Em agosto de 1963, uma passeata conhecida como Marcha de Washington trouxe até a capital 200 mil manifestantes para ouvir Luther King em seu famosodiscurso *Eu tenho um sonho*.[41]

Tendo como partida o discurso de Martin Luther King Jr. citado acima, é possível afirmar que esses movimentos possuem a figura de Abraham Lincoln como um herói. Para os negros, a memória que se tem sobre o décimo sexto Presidente é de que a abolição foi um ato em prol dos negros, principalmente, e não como uma estratégia para reunificação do país, como já foi argumentado neste artigo. Portanto, Luther King utiliza o passado para as necessidades de seu tempo presente, como é possível verificar em seu discurso:

> Cem anos atrás, um grande americano, na qual estamos sob sua simbólica sombra, assinou a Proclamação de Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativeiros.[42]

O retorno ao passado se restringe apenas ao Lincoln. Em um trecho adiante, Luther King invoca os documentos canônicos dos Estados Unidos para defender as necessidades dos negros em seu tempo:

> De certo modo, nós viemos à capital de nossa nação para trocar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as magníficas palavras da Constituição e a Declaração da Independência, eles estavam assinando uma nota promissória para a qual todo americano seria seu herdeiro. Esta nota era uma promessa que todos os homens, sim, os homens negros, como também os homens brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis de vida, liberdade e a busca da felicidade. Hoje é óbvio que aquela América não apresentou esta nota promissória. Em vez de honrar esta obrigação sagrada, a América deu para o povo negro um cheque sem fundo, um cheque que voltou marcado com "fundos insuficientes".[43]

---

[41] PURDY, Sean. O século americano. IN: KARNAL, L. et al. op. cit., p. 244.
[42] KING Jr., Martin Luther. **I have a dream**(August 28, 1963, Washington D.C). Tradução disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/mlk2.pdf>. Acessado em 01/09/2014.
[43] Idem.

Barack Obama e Abraham Lincoln: a encenação do poder

As invocações ao Abraham Lincoln não se restringem aos movimentos pela ampliação da cidadania nos Estados Unidos. Barack Obama, ao tomar posse da Presidência dos Estados Unidos da América em 2009, fez o mesmo percurso que Lincoln fez em sua primeira posse, em 1861.Embora ambos os presidentes não compartilhassem do mesmo partido político, Obama vê na figura de Lincoln, assim como Martin Luther King via, um herói.

Como já citado neste trabalho, o *status* de herói dado a Abraham Lincoln se deve, principalmente, ao fato de ele ter libertado os negros e reunificado o país.Além disso, de acordo com o historiador norte-americano Matthew Dallek (professor da Universidade da Califórnia),em um texto comparativo sobre Abraham Lincoln e Barack Obama[44], este enxergaria aquele como um gênio político capaz de entender o humor e as ambições do povo. Em consonância com essa argumentação, C. Wyatt Evans em *The Lincoln-Obama Moment*,[45] afirma que, em 2007, Obama lançou a sua candidatura à presidência em um discurso na antiga casa de Lincoln em Springfield, Illinois. Neste, Obama invocara o décimo sexto presidente para afirmar que até este

> Teve suas dúvidas. Teve suas derrotas. Teve seus contratempos. Mas através de sua vontade e de suas palavras, ele mudou uma nação e ajudou a libertar um povo. É por causa de milhões de pessoas que se reuniram para a sua causa que não são mais divididos o Norte do Sul, escravos e libertos.[46]

Esta invocação à Lincoln estava inserida em um contexto no qual a opinião pública era dividida quanto à permanência do exército norte-americano em territórios do Oriente Médio.

As invocações a Lincoln podem ser explicadas, também, como uma herança deixada ao povo norte-americano. E como parte deste legado, Obama referia-se ao décimo sexto presidente dos Estados Unidos como uma forma de legitimação de seu poder. De acordo com Georges Balandier,

---

[44]DALLEK, Mathew. **The Comparisons BetweenBarack and Abraham Lincoln.**2008. Disponível em: <http://www.usnews.com/opinion/articles/2008/11/20/the-comparisons-between-barack-obama-and-abraham-lincoln>. Acessadoem 06/09/2014.

[45]EVANS, C. Wyatt.The Lincoln-Obama Moment. IN: BROWN, Thomas J. et al. **Remixing the Civil War***:* Meditations on the Sesquicentennial. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.

[46] Ibidem, p. 20.

> Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança.[47]

Desta forma, a construção da figura heroica de Abraham Lincoln, especificamente no discurso de 2007 citado anteriormente, pode-se considerar como uma maneira de justificativa histórica para a sua eleição. A narrativa construída por Steven Spielberg no filme *Lincoln* (2012) ilustra de forma sistemática os objetivos das invocações a Lincoln: mostrar que só seria possível Obama se tornar presidente graças ao ato "heroico" de emancipação de escravos. Nas primeiras cenas do filme, há uma conversa de Lincoln com dois soldados negros em 1865, na qual um deles dizia que o fato de negros e brancos estarem lutando lado a lado, isso abriria grandes oportunidades para os negros futuramente: "Daqui a alguns anos teremos, talvez, capitães e tenentes negros; daqui a 50 anos, um coronel negro, daqui a 100 anos, o direito a voto". Nestas perspectivas, a construção do Lincoln herói – tendo como eixo a emancipação dos escravos como ato fundamental para igualar os negros aos brancos – atende a uma necessidade do tempo presente e serviu para legitimar e justificar a ascensão de um negro ao cargo de Presidente dos Estados Unidos da América.

Entre a posse de Abraham Lincoln e de Barack Obama há uma diferença de quase cento e cinquenta anos. Mesmo havendo uma considerável distância temporal, o que fez com que Obama refizesse o trajeto de posse do décimo sexto presidente dos Estados Unidos? O livro *Tempo presente e usos do passado* (2012), organizado por Flávia Florentino Varella, Helena Miranda Mollo, Mateus Henrique de Faria Pereira e Sérgio da Mata, fornece elucidações para essa questão.

Além de usar o passado para legitimar o seu poder como já argumentado, é possível dizer que a atitude de Barack Obama está relacionada ao fato de que questões sobre o racismo estão tão presentes quanto no contexto histórico da segunda metade do século XVIII. De acordo com Mateus Henrique de Faria Pereira e Sérgio da Mata, "eventos já ocorridos são um 'presente' para nós pelo tempo em que nosso interesse por eles estiver aceso. Para empregar o jargão fenomenológico: enquanto eles se mantêm no

[47] BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 07.

foco do nosso fluxo de consciência".[48]Portanto, é possível dizer que a questão do preconceito racial estava na consciência de Obama no ato de sua posse, pois invocar Abraham Lincoln era uma forma de mostrar que ele chegou à presidência com o aval deste. Ademais, o ato de Obama em refazer o mesmo trajeto de Lincoln é um indício de que "o simples fato de algo ser pretérito não basta para que o consideremos 'passado'. Haverá presente enquanto estiverem ativos determinados interesses de presentificação do passado".[49]

Considerações finais

Buscamos esboçar neste artigo uma argumentação de que após a emancipação dos escravos nos Estados Unidos, os negros, juntamente com a Agência de Libertos, tiveram um papel importante para o início da ampliação da cidadania. Embora haja a historiografia do início do XX até os anos 1930 afirmando que o período de Reconstrução foi trágico e um fracasso no ponto de vista de conquistas de direitos civis e políticos, procuramos defender que esse período foi determinante para o começo da ampliação da cidadania aos libertos, ainda que fosse de forma gradual e repressiva.[50] Não distante disto, articulamos o contexto dos movimentos civis das décadas de 1950 e 1960 e a posse do atual Presidente dos Estados Unidos da América como forma de exemplificar que a memória sobre responsável pela abolição da escravatura é de suma importância a ponto de servir como motivação para a luta pelos direitos civis e por ser reverenciado por Barack Obama.

Contudo, não buscamos criar uma interpretação defensora aos afrodescendentes norte-americanos. O objetivo central deste artigo era criar um raciocínio contrário àquele de que o período de Reconstrução foi trágico para a história norte-americana. Temos a consciência de que a Agência de Libertos não conseguiu estabelecer os negros como proprietários rurais, sendo prejudicado desde o início de sua criação e completamente neutralizado no final.[51] Todavia, estamos de acordo com Du Bois ao

[48] PEREIRA, Mateus H.F; MATA, Sérgio da. Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do tempo presente. IN: VARELLA, Flávia Florentino; MOLLO, H. M; PEREIRA, Mateus H. F; MATA, Sérgio da.**Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.14.
[49] Ibidem, p. 15.
[50] FONER, Eric.op. cit., p. 84-88.
[51] DU BOIS, W. E. B. **As almas da gente negra.** Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1999. Tradução de Heloísa Toller Gomes. p.82.

afirmar que esta Agência foi "uma das tentativas mais singulares e interessantes feitas por uma grande nação para atacar amplos problemas de raça e de condição social".[52] Em uma escala maior, nos deparamos com o problema da barreira racial – a relação entre negros e brancos. O período da Reconstrução foi marcado, também, pela luta no povo negro norte-americano em ser reconhecido como alguém que pudesse ser ao mesmo tempo negro e cidadão dos Estados Unidos ao mesmo tempo "sem ser amaldiçoado e cuspido por seus camaradas, sem ter as portas da oportunidade brutalmente batidas na cara".[53]

[52] Ibidem, p. 65.
[53] Ibidem, p. 54.